

PROPOSTA TÉCNICO-COMERCIAL – Revisão 07

São Paulo, 30 de setembro de 2019.

À
BYD Brasil
Av. Antonio Buscato, 230
TIC – Campinas – SP
A/C: Sr. Alexandre Barbosa
PMO Monorail Salvador

Ref.: Proposta Técnica para Gerenciamento Social Monotrilho Salvador

Prezados Senhores,

A empresa Urbaniza Engenharia Consultiva Ltda., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o N.º 00.963.096/0001-93, situada a Galeria Alpha Center, Calçada Aldebarã, N.º 180, 2º andar, sala 212, Alphaville, Centro de Apoio 2, Santana de Parnaíba/SP, através de seu Diretor, abaixo assinado, o Sr. Lourenço Silva Linhares, vem apresentar sua

PROPOSTA TÉCNICA-COMERCIAL

para a *Prestação de Serviços de Execução do Trabalho Técnico Social ao longo das Obras de Implantação do empreendimento VLT de Subúrbio de Salvador*, nas seguintes condições:

TERMO DE REFERÊNCIA**1. ESCOPO DOS SERVIÇOS**

O trabalho proposto pela Urbaniza visa implantar ações sociais com o monitoramento e avaliação dos processos de desapropriação e a realocação da população diretamente afetada para a construção do VLT, considerando ainda as áreas indiretamente afetadas, em linhas macros, os seguintes serviços:

- ⇒ Elaborar Planos de Compensação Adequada aos atingidos pela perda de bens e propiciar sua realocação de forma menos traumática;
- ⇒ Ouvir e entender as necessidades dos afetados diretos e indiretos;
- ⇒ Mitigar o impacto social da obra na micro e macro área;
- ⇒ Elaborar e implantar Planos de Comunicação e de Reassentamento;
- ⇒ Possibilitar a manutenção das condições sócio econômica dos afetados;
- ⇒ Auxiliar na restauração do nível de vida dos impactados;
- ⇒ Realizar o acompanhamento dos processos de desapropriação e de pós-deslocamento, desde as pesquisas até a assinatura dos termos de aceite final;
- ⇒ Realizar o acompanhamento dos processos de eventuais sinistros e avarias identificados durante as obras;



- ⇒ Apoiar a interação institucional pública e privada no que se refere as demandas das realidades locais, das pessoas direta e indiretamente atingidas pelas obras;
- ⇒ Implantar o plantão social, ouvidoria e plantões itinerantes;
- ⇒ Realizar o monitoramento social pós-deslocamento dos afetados e pós obras dos indiretamente atingidos;
- ⇒ Realizar o Mapeamento das demandas sociais comunitárias;
- ⇒ Executar o Plano de Comunicação e Reassentamento.

O trabalho social aqui proposto é compreendido como um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos e diagnósticos integrados e participativos do território, considerando as dimensões social, econômico, produtivo, ambiental e político-institucional do território, e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados.

A seguir são descritos os principais itens de escopo da Urbaniza:

1.1. Plano de Atendimento/ Reassentamento

A concepção do Plano de Atendimento/ Reassentamento, deverá ser pautado nas diretrizes para implantação de políticas e normas especiais sobre o processo de desapropriação e de impactos por obras.

Para sua formulação são considerados os resultados do cadastramento e o perfil socioeconômico da população impactada nas áreas de intervenção do empreendimento, sistematizados no Diagnóstico Integrado, permitindo levantar indicadores de qualidade de vida, redes sociais e expectativas da comunidade em relação ao processo de remanejamento, pós obras e as principais situações de vulnerabilidade social.

O conhecimento e análise dos dados da demanda propiciam sua elegibilidade e adequação às modalidades de atendimentos oferecidas. Nesse sentido, deverão ser analisados com especial atenção as particularidades de cada família, perfis socioeconômicos e as condições de infraestrutura social e urbana da moradia. Um aspecto relevante que certamente será considerado refere-se à recomposição das perdas causadas pelo processo de remoção e a mitigação dos impactos sobre a vida das pessoas diretamente e indiretamente afetadas, cabendo observar cada um dos indicadores existentes, assim como a estrutura organizacional e financeira para viabilizar a sua operação.

Como requisitos, os critérios e soluções aplicáveis para o atendimento e as categorias de afetação, conforme relação do ocupante com o imóvel interferente.

Para essa ação, o papel dos técnicos envolvidos será fundamental, contribuindo para esclarecer, orientar e simular as situações desejáveis a cada caso. A formulação do Plano apontará uma estrutura operacional contemplando quadro de responsabilidade institucional, equipe técnica, interfaces com o plano de desenvolvimento de obras e cronogramas de execução de todas as ações previstas, compatíveis com o orçamento esperado para a sua realização. Eventualmente, poderá ocorrer que parcelas de áreas, ou mesmo novas áreas ainda não contempladas que, por diferentes situações

identificadas (alteração de projeto, situações de risco, etc.) devam ser incluídas posteriormente ao Plano de Atendimento.

Prevê-se ainda, como parte integrante do Plano de Atendimento, o acompanhamento sistemático pelas equipes da contratada responsáveis da Urbaniza, com aplicação de metodologias que promovam o apoio à reabilitação e reinserção social e econômica dos afetados, famílias e comércios, propondo ações de apoio e ou aportes de índole social nos estudos de caso, após as perícias, em todas as etapas de intervenção a serem desenvolvidas, incluindo as necessidades de re-abrigo e de trabalho de pós ocupação. Essa etapa também inclui ações de apoio à remoção das famílias, com vistas à liberação das frentes de obras, e serão definidas por meio de um planejamento integrado, envolvendo a construtora responsável pelas obras e demais agentes intervenientes.

A implantação do plano de atendimento e estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados, importante destacar a atividade de acompanhamento social em todas as etapas de obras durante o cronograma de obras:

- ⇒ Comunicação social;
- ⇒ Interação Institucional;
- ⇒ Plantão Social;
- ⇒ Acompanhamento social de Sinistros e Avarias;
- ⇒ Implantação de Projetos e Programas Sociais;
- ⇒ Estrutura de Apoio à Gestão Documental.

A seguir são descritos cada atividade mencionada, que juntas compõem a macro atividade Acompanhamento ao Plano de Atendimento.

1.2. Comunicação Social

As ações deste processo são o ponto de partida da intervenção social, propiciando insumos para o desenvolvimento dos trabalhos, viabilizando o planejamento, a avaliação permanente dos resultados e a mudança de rumos, quando necessário. As ações devem ser planejadas, abrangendo previsões e providências necessárias à implantação das obras e monitoradas continuamente, visando o acompanhamento, controle, avaliação e possíveis redefinições de estratégia. O planejamento pressupõe ações em dois níveis: estratégico e operacional.

Do ponto de vista estratégico, é conceituado como um procedimento de gestão, baseado nas políticas e diretrizes de reassentamento involuntário para os que serão removidos para as aberturas das frentes, e de mitigação de impactos da obra para os indiretamente atingidos, levando em consideração os condicionantes relativos aos recursos e prazos inserido e integrado com as necessidades de obras. No âmbito operacional, sob responsabilidade das equipes de campo, busca-se ordenar e vincular cronologicamente as unidades de ações propostas no Plano de Trabalho, adequando-as à realidade do território e perfil das famílias, em suas respectivas etapas metodológicas.

Os planos específicos, formulados nesse nível, detalham a operacionalização das atividades nas diversas fases de obras onde se prevê prioridade na abertura dos acessos, para a entrada de máquinas e caminhões, destacando os principais recursos técnicos mitigadores a serem aplicados nas pesquisas de laudos cautelares e inventário de pertences, as metas e objetivos propostos e os prazos para sua execução ~~em o~~

~~acompanhamento social.~~ As ações de planejamento de comunicação social, perpassam por toda intervenção, propiciando subsídios técnicos para a elaboração de planos específicos e respectivos cronogramas. Esses planos devem contemplar o detalhamento das ações e as metodologias a serem aplicadas, além das estratégias de mobilização que assegurem a sua consecução e a participação da população em todo o processo para sustentabilidade das obras e tranquilidade dos executores.

O acesso à informação é a marca das iniciativas de relacionamento com a comunidade, que garante o desenvolvimento de um processo social participativo. As ações dessa unidade visam a elaboração de um Plano de Comunicação fundamentado no Programa de Comunicação Social, direcionado aos públicos-alvo direta e indiretamente impactados pelas frentes de obras, propiciando a divulgação sobre a implantação aspectos técnicos e programáticos do empreendimento em suas etapas. Deve se constituir em um instrumento contínuo de informação, em consonância com o planejamento integrado, garantindo o fluxo de discussões e a participação da população afetada e lideranças, nas diferentes fases do trabalho.

Como forma de propiciar uma relação de confiança, o Plano de Comunicação Social deve estabelecer o amplo e antecipado acesso às informações sobre o empreendimento e seus impactos sociais, mitigando transtornos decorrentes de informações distorcidas e permitindo a mitigação de problemas com eventuais sinistros e avarias.

Devem-se propor mecanismos de consulta e negociação por meio de uma estrutura interativa de apresentação dos critérios de atendimento, diretrizes, objetivos e regulamentação do Projeto, viabilizando atingir as metas de esclarecimento necessárias, que resultarão num processo formal de adesão ao plano de atendimento, garantindo a escolha mais apropriada para o reassentamento e ou atendimentos mitigadores.

No que se refere à população lindeira, indiretamente afetada pelo Projeto como forma de propiciar uma relação de confiança, o Plano de Comunicação Social deve considerar especial atenção às reivindicações sobre incômodos e prejuízos provenientes das obras, devendo ser devidamente encaminhadas e tratadas as questões consideradas pertinentes. Com o intuito de torna-se uma pratica de apoio à consecução dos trabalhos antes, durante até o término das obras, atuando como veículo permanente de informações e garantindo sistemas de acompanhamento e controle dos trabalhos, a formulação do Plano de Comunicação Social deve contemplar os seguintes aspectos:

- Estabelecer o amplo e antecipado acesso às informações sobre o empreendimento e seus impactos sociais, mitigando transtornos decorrentes de informações distorcidas e permitindo a mitigação de problemas.

Devem-se propor mecanismos de consulta e negociação por meio de uma estrutura interativa de representação e participação da sociedade civil para orientações e esclarecimentos sobre: dos critérios de atendimento, diretrizes, objetivos e regulamentação do Projeto, viabilizando atingir as metas de esclarecimento necessárias, que resultarão num processo formal de adesão ao plano de atendimento, garantindo a escolha mais apropriada para o reassentamento e ou atendimentos mitigadores.

No que se refere à população lindeira, indiretamente afetada pelo Projeto, o Plano de Comunicação Social deve considerar especial atenção às reivindicações sobre incômodos e prejuízos provenientes das obras, devendo ser devidamente encaminhadas e tratadas as questões consideradas pertinentes. Com o intuito de torna-se uma pratica de apoio à

consecução dos trabalhos antes, durante até o término das obras, atuando como veículo permanente de informações e garantindo sistemas de acompanhamento e controle dos trabalhos, a formulação do Plano de Comunicação Social deve contemplar os seguintes aspectos:

- ⇒ Levantamento e mapeamento de dados socioeconômicos e demandas das comunidades, para elaboração do diagnóstico, incluindo reconhecimento físico das áreas, perfil dos moradores, identificação, caracterização e quantificação das comunidades direta e indiretamente afetadas pelo empreendimento;
- ⇒ Implantação de Plantão Social no local da obra para atendimento da população e itinerantes para a proximidade em cada etapa;
- ⇒ Criação de ouvidoria e reclamações da população;
- ⇒ Definir procedimentos de interação, participação e integração das comunidades moradoras das áreas de influência do Projeto, garantindo um sistema de atendimento contínuo a consultas e reivindicações;
- ⇒ Estabelecer estratégias de abordagem (individual ou grupal), que possam viabilizar a comunicação;
- ⇒ Garantir a transmissão e a recepção de mensagens claras e unificadas para cada etapa de desenvolvimento dos trabalhos em campo;
- ⇒ Articular o conjunto de informações das áreas da engenharia e arquitetura, jurídica e social, de forma a constituir mensagens unificadas, comunicativas que evitem conflitos de informação decorrentes de atuação diferenciadas entre as equipes, na relação com a população e suas lideranças locais;
- ⇒ Integrar e compatibilizar as diversas ações que envolvam comunicação e interação comunitária, recomendado instrumentos que facilitem a apresentação de informações e resultados aos diversos agentes envolvidos;
- ⇒ Estabelecer diretrizes para a criação de peças de comunicação, boletins, folders, folhetos, cartazes, convites, além de instrumentais de uso das equipes de trabalho e demais dispositivos visuais mecânicos e mídias para a apresentação de informações;
- ⇒ Buscar unidade na criação de instrumentos de comunicação coerentes para cada público alvo a que se destinam em linguagem e formas adequadas e considerando as características sociais e culturais dos destinatários e as possibilidades de atendimento;
- ⇒ Atendimento as emergências e situações de crise na comunicação institucional, com desenvolvimento e implementação das estratégias de comunicação para resposta imediata em campo;
- ⇒ Orientar para que os documentos que configurem compromisso a ser assumido perante a população, sejam descritos com clareza e objetividade de forma a se tornarem referência para a atuação dos agentes envolvidos na execução;
- ⇒ Acompanhamento e monitoramento técnico social, para celebração de pacto de corresponsabilidade e convivência com as comunidades nas áreas afetadas pelo empreendimento;
- ⇒ Estabelecer diálogo e articulação de parcerias, com instituições públicas e privadas existentes no território, viabilizando a constituição de rede de apoio social e parcerias

em propostas de desenvolvimento local em especial rede de ensino local, assistência etc.;

- ⇒ Estabelecimento de diretrizes e estratégias operacionais, com definição de prioridades e público alvo e sistematização de processos gerenciais de acordo com o cronograma de obras, para desenvolvimento do Plano de Comunicação Social;
- ⇒ Planejar a realização de atividades com as populações afetadas, com representantes governamentais, com instituições sociais, com profissionais da área social vinculados às construtoras e demais atores que desenvolvam suas atividades na região;
- ⇒ Execução das diversas forças tarefas de identificação, proposição e execução de medidas sociais mitigadoras.
- ⇒ Mapear as lideranças e manter um fórum de acompanhamento para subsidiar o contratante e as instâncias de participação do Governo (Sedur, CTB e Conder) nas audiências. O canal de comunicação envolverá ainda um técnico da Skyrail Bahia articulado com o Governo do Estado.

Dentre os variados recursos e instrumentos de comunicação a serem utilizados, podem ser destacados:

- ⇒ Ouvidoria;
- ⇒ Plantão Social;
- ⇒ Manuais de orientação;
- ⇒ Guia dos Recursos e Equipamentos Sociais;
- ⇒ Materiais de divulgação de oferta de serviços, projetos e ações das parcerias articuladas;
- ⇒ Benefícios das obras, transtornos e medidas mitigadoras;
- ⇒ Informações sobre as obras;
- ⇒ Mapeamento de lideranças formais e informais.

Outros mecanismos ligados à comunicação, de que se valem as equipes técnicas, no decorrer da implantação e operação do empreendimento devem estar contemplados no Plano de Comunicação Social, visitas domiciliares, reuniões grupais, material educativo, dinâmicas de grupo e motivacionais etc.

1.2.1. Materiais Educativos e de Comunicação Social

- ⇒ Cartazes e Folders alusivos às obras, que deverão ser afixados em locais públicos, de fácil visibilidade, para divulgar a implementação das obras e convocar as comunidades para os encontros e reuniões;
- ⇒ Boletins informativos para divulgar o andamento das obras, seus possíveis impactos e ações de mitigação, além de incentivar as pessoas a fazerem parte dos grupos de ação. Deverão ser distribuídos nos domicílios, nas visitas e reuniões.

O material educativo será elaborado com base no diagnóstico, de acordo com as principais necessidades detectadas, visando a informação e capacitação do maior público possível e passar por validação prévia da SkyRail Bahia.

Salienta-se ainda a implantação de ações sociais compatíveis com as realidades da problemática nas faixas de domínio, em especial relacionadas à educação sanitária,

ambiental, para o trânsito e patrimonial. A questão do lixo também será temática priorizada.

1.2.2. Plantão Social – Escritório Social Fixo

O Plantão Social será um dos principais instrumentos de comunicação a ser utilizado para manter um sistema de informação permanente com a população envolvida. Implantado desde o início dos trabalhos, em dias e horários previamente estabelecidos e amplamente divulgados, o Plantão Social deve estar sempre próximo ao trecho de intervenção por esse motivo serão itinerantes. Sempre com a preocupação quanto ao caráter de confidencialidade, tornam-se referência para a população, viabilizando atendimentos humanizados, individuais ou grupais.

O atendimento será realizado pelas equipes multidisciplinares, visando oferecer orientações sobre o andamento do projeto, em suas diferentes etapas, contribuindo na condução das negociações e propiciando credibilidade ao trabalho. Nesse sentido, será viabilizado o acesso das famílias às informações sobre as alternativas de atendimento disponibilizadas; processo de remoção; encaminhamentos relativos à documentação pessoal pendente; procedimentos para formalização da adesão ao atendimento e consolidação dos acordos com as famílias, acompanhamento de eventuais sinistros, avarias etc. Em especial, no âmbito do apoio às famílias, os atendimentos nos plantões sociais propiciam a identificação de situações de vulnerabilidade social, que demanda estudos de casos especiais.

O Plantão Social deverá dispor de mapas, croquis e plantas das áreas de atuação, e outros aportes de esclarecimento sobre o projeto e andamentos dos trabalhos. Devem ser afixados folhetos, comunicados e demais recursos para divulgação de eventos oficiais, oportunidades de emprego, atividades culturais, dentre outras informações relevantes. Todas as peças e materiais de comunicação utilizados serão rigorosamente elaborados em conformidade com as orientações dispostas no Plano de Comunicação devidamente analisados e pré-aprovados. A equipe responsável pelo Plantão Social deve estar preparada para o atendimento de demandas espontâneas da população, necessitando, para tanto, manter-se informada sobre as principais parcerias estabelecidas e fluxos de encaminhamentos aos recursos socioassistenciais, de forma a garantir o adequado atendimento às famílias.

1.3. Acompanhamento de Sinistros e Avarias

Durante as obras, segundo entendimentos da Urbaniza, far-se-á necessário prever eventuais acidentes e/ou sinistros e avarias que possam ocorrer por uso de máquinas e equipamentos pesados, movimentos de terra e/ou outro impacto que atinja a macro área do empreendimento. Assim, caberá à equipe social todo o **acompanhamento** das ações demandadas pela comunidade.

É parte integrante do escopo da contratada Urbaniza, na condição de empresa responsável pelo trabalho social, o acompanhamento de sinistros e avarias, recebendo as possíveis reclamações de moradores e transmitindo-os às pessoas competentes na SkyRail Bahia pelos reparos, administrando caso a caso.

1.4. Implantação de Projetos e Programas Sociais

Plano de Trabalho e Ações Informativas sobre o Empreendimento

Para a formulação de um Plano de Trabalho, pressupõe ações integradas de planejamento, entre os diversos agentes intervenientes, a discussão e direcionamento da intervenção e mudanças de estratégias que se fizerem necessárias, para o aprimoramento dos serviços. As ações deverão ser planejadas, abrangendo previsões e providências necessárias à implantação e monitoradas continuamente, visando o acompanhamento, controle, avaliação e possíveis redefinições de estratégia.

O planejamento, por sua vez, pressupõe ações em dois níveis: estratégico e operacional. Do ponto de vista estratégico, será conceituado como um procedimento de gestão, baseado nas políticas e diretrizes de reassentamento involuntário, levando em consideração os condicionantes relativos aos recursos e prazos. É nesse nível que são definidos os métodos para atender ao escopo dos serviços contratados. Por meio de uma visão global do contexto contratual, define-se o dimensionamento de recursos, equipes e estrutura organizacional, que assegurem o acompanhamento e execução dos trabalhos. No âmbito operacional, sob responsabilidade das equipes de campo, buscar-se-á ordenar e vincular cronologicamente as unidades de ações propostas no Plano de Trabalho, adequando-as à realidade de cada assentamento, em suas respectivas etapas metodológicas. Os planos específicos, formulados nesse nível, detalharão a operacionalização das atividades nas diversas fases, destacando os principais recursos técnicos a serem aplicados, as metas e objetivos propostos e os prazos para sua execução.

As ações de planejamento passarão essencialmente por toda intervenção social, propiciando subsídios técnicos para a elaboração de planos específicos e respectivos cronogramas, tanto na pré-mudança, como nas fases pós-atendimento (transição e pós-ocupação). Esses planos contemplarão todo o detalhamento das ações e metodologias a serem aplicadas, além das estratégias de mobilização que assegurem a sua consecução e a participação efetiva da população em todo o processo.

Viabilizar-se-á o processo permanente e constante de informação da população sobre o desenvolvimento do projeto físico, sendo a transparência um elemento essencial na construção do processo participativo e na relação de confiança entre técnicos e população.

As informações sobre o empreendimento se darão em conjunto com as equipes físicas para o completo entendimento sobre as obras e serviços a serem implantados. A mobilização será realizada através de visitas domiciliares, com o apoio de convites, reforçando os esclarecimentos sobre os objetivos das obras.

Os técnicos responsáveis pelos atendimentos individualizados deverão esclarecer dúvidas, repassar informações e orientações e encaminhar situações específicas.

Apoio ao Remanejamento/Reassentamento de Famílias

Para esta ação, descreve-se abaixo as principais atividades a serem desenvolvidas:

⇒ Reconhecimento das áreas de intervenção: localizar e delimitar o assentamento para seu completo reconhecimento; pesquisar o levantamento do histórico do assentamento, do tempo e vínculos sociais existentes; identificar as lideranças da

área atingida, para planejamento das reuniões de esclarecimento sobre as intervenções; mapear as áreas que concentram atividades sociais e econômicas, desenvolvidas individualmente ou de forma coletiva, pelos moradores, na área; demarcar a área de remoção, identificar os domicílios e as famílias atingidas e promover o seu registro, contatar instituições para articular ações; Reuniões com os grupos de moradores atingidos pela remoção para esclarecimento e discussão quanto ao reassentamento, abordando, entre outros, os seguintes temas: programas e alternativas e critérios de elegibilidade, planos de atendimento e sua formalização e tipologias de moradia; atender às famílias para orientação quanto a questões específicas: discussão com as famílias para escolha das soluções oferecidas; visitas programadas; priorização na escolha para os casos de famílias que em seus membros tenham portadores de direitos especiais; orientações e providências quanto à documentação; elaborar relatórios mensais de registro das ações e avaliação; articular e acompanhar as ações sociais em todas as etapas dos trabalhos.

- ⇒ Elaboração de relatórios avaliativos do processo de remoção, segundo indicadores pesquisados; planejamento integrado das diversas atividades envolvidas; desenvolver e implementar o trabalho social e, portanto, de toda a sistemática de reassentamento e ou relocação das famílias e acompanhamento das mesmas na fase de transição e nas novas situações de moradia; um sistema unificado de acompanhamento físico-econômico-financeiro do Plano de Trabalho Social, associado ao sistema de monitoramento e avaliação visando seu acompanhamento, a identificação de problemas e a correção de percursos; envolver os diversos órgãos da administração direta e indireta e em especial aos gestores do projeto, dimensionar e indicar toda a logística necessária para o evento, planejar e executar trabalho de comunicação social, para preparar as famílias à mudança e a nova situação de moradia;
- ⇒ Planejar e estabelecer procedimentos técnicos unificados em comum acordo com os órgãos envolvidos, para o acompanhamento físico, econômico e financeiro do Plano de Trabalho Social, para a implantação de sistema de monitoramento e, avaliação;
- ⇒ Identificação das famílias e caracterização socioeconômica e cultural; Caracterização da área receptora e seu entorno; Previsão de sistema de compensação; Descrição das condições das novas habitações; Definição de mecanismos, instrumentos e técnicas de intervenção; Estabelecimento de estratégia para remoção; Assistência às famílias; Cronograma de atividades; Previsão do acompanhamento e monitoramento; Descrição de instrumento de registro das ações realizadas; estudos de casos, validações e Aceite das famílias.

Educação Sanitária, Patrimonial, Ambiental e para o Trânsito

Nesta etapa as principais ações para as atividades relacionadas no eixo serão:

- ⇒ Esclarecimento e valorização da infraestrutura implantada no empreendimento como colaboradora na redução de doenças e na melhoria dos níveis de saúde da população, na inserção urbana, mobilidade social e a elevação da qualidade de vida das famílias;

- ⇒ Demonstração das responsabilidades dos beneficiários na correta utilização e preservação dos serviços implantados, tanto os individuais como os coletivos;
- ⇒ Promoção de campanhas educativas de saúde e de utilização e preservação dos serviços implantados evitando o desperdício de água e energia elétrica e contribuindo para a melhoria do orçamento familiar;
- ⇒ Estimulo à busca de parcerias com o objetivo de dar continuidade em caráter permanente às ações de educação ambiental;
- ⇒ Divulgação de informações, programas e projetos de natureza ambiental de modo a possibilitar a ampliação da consciência ecológica das populações;
- ⇒ Criação de ações visando o impedimento de crianças brincando no entorno das obras, mesmo que com as barreiras a serem implantadas pela construtora esta questão tem sido decorrente em todas as obras de grande porte; e
- ⇒ Acompanhamento em casos emergentes de sinistros e avarias com os encaminhamentos necessários.

Geração e/ou Complementação de Trabalho e Renda

No eixo ligado à Geração e/ou Complementação de Trabalho e Renda, destacam-se as seguintes ações:

- ⇒ Ações para a redução do analfabetismo e a requalificação profissional em parceria com as redes de ensino local;
- ⇒ Ações destinadas à capacitação profissional, planejadas de acordo com a realidade sócio econômica dos beneficiários e vocação econômica local;
- ⇒ Estímulo à produção alternativa e à organização de grupos de produção e cooperativismo, respeitadas as particularidades da população beneficiada; e
- ⇒ Ações de identificação de potencialidades para serviço na própria construtora que visa gerar empregos locais.

Mobilização e Organização Comunitária

A equipe, nesta etapa, logo no início dos trabalhos, fornecerá o apoio à formação e/ou consolidação das organizações de base, estimulando a criação de organismos representativos da população e incentivando o desenvolvimento de grupos sociais e de comissões de interesses das lideranças existentes, além de estímulo de novos grupos para atuarem a favor e não contra as obras.

Assim, promoverá a capacitação de lideranças e de grupos representativos em processos de gestão comunitária, e esclarecerá o papel das associações e dos grupos representativos de segmentos da população.

Promoverá também o estímulo aos processos de mobilização comunitária e à promoção de atitudes e condutas sociais vinculadas à melhoria da qualidade de vida, como: a valorização da organização como instrumento próprio de representação dos interesses que integram a área; a articulação e a valorização dos aportes externos provenientes das entidades governamentais e não governamentais; a capacidade de observação crítica do desempenho das lideranças comunitárias; a integração com o entorno, em termos de relações funcionais e convivência com o meio ambiente; e a autonomia das organizações representativas.

Suporte às Intervenções Sociais

Consistem num acompanhamento sistemático, com exame contínuo dos processos de trabalho, produtos e impactos locais, identificando facilitadores e dificultadores, com vistas à conformação de procedimentos para maximizar os resultados da intervenção. Com base nos objetivos definidos, a Proposta de Trabalho preverá resultados a serem avaliados nas etapas de implantação e acompanhamento das ações sociais.

Avançar substancialmente na gestão de projetos sociais requer que se considerem variáveis no campo comunitário, institucional, corporativo e os emblemáticos trâmites de jurisdição pública.

Já os indicadores constituirão a correlação entre o esperado, visualizado e alcançado, os quais nem sempre se mostram tão óbvios, em virtude das linhas secundárias de objetivos, inerentes às individualidades. Para o suporte às intervenções sociais, os indicadores e variáveis serão utilizados instrumentos qualitativos a serem discriminados nos planejamentos operativos das principais ações, que deverão ser devidamente referendados pela comunidade de modo que sejam participativos.

De antemão, lista-se: Apropriação de conhecimentos; Reuniões periódicas entre as equipes executoras; Reuniões sistemáticas com as comunidades e famílias; Níveis de participação dos moradores nas atividades desenvolvidas; Comparativo entre objetivos esperados e alcançados; Ações afirmativas visualizadas no cotidiano da intervenção, incluindo a realização do mapeamento das demandas sociais comunitárias, com o objetivo de avaliar potencialidades para implantação de projetos sociais.

Monitoramento e Avaliação por área de atuação

A avaliação do projeto social deverá ocorrer durante todo o processo, considerando sempre a visão da comunidade, através de seus grupos representativos e da equipe técnica.

Os instrumentos de monitoramento das atividades do Trabalho Social são:

- ⇒ Diário de Campo, com o registro de ocorrências quotidianas do projeto;
- ⇒ Relatórios Mensais de Acompanhamento, que registrarão as atividades desenvolvidas no período, justificando as atividades previstas e não realizadas; e
- ⇒ Relatório Semestral de Avaliação, que objetiva informar o desenvolvimento gradual e evolutivo das atividades do trabalho em relação aos objetivos propostos; difundir os principais resultados obtidos no trimestre; apontar, quando for o caso, os desvios ocorridos no projeto e as providências necessárias para a correção desses desvios; e informar a avaliação da comunidade e da equipe multidisciplinar sobre as ações desenvolvidas no período.

Serão apresentados mensalmente relatórios de acompanhamento das atividades realizadas no período, com a finalidade de comprovação da realização de atividades para fins de liberação de recursos e medições. Os relatórios irão acompanhados de documentário fotográfico das reuniões, assembleias, oficinas e eventos, com suas respectivas lista de presença, com envio de material mensal.

Será ainda criado um banco de dados, com a manutenção e monitoramento das pesquisas, visto a possibilidade de troca de titularidade e comercialização não programada.



1.5. Estrutura de Apoio à Gestão Documental

Mediante a diversidade de documentação coletada durante toda a intervenção, a presente proposta visa implementar uma estrutura operacional de apoio à gestão documental. Nesse sentido, frente às particularidades desse trabalho, no que se refere à atenção criteriosa indispensável à montagem de processos, recebimento, conferência, arquivamento e envio dos documentos, faz-se necessário, como primeiro passo, uma equipe operacional, que propicie qualidade na prestação dos serviços. Por meio de treinamento especializado, deverá se buscar garantir uma unidade e padronização na organização e tratamento da documentação produzida no decorrer da intervenção, introduzindo procedimentos unificados e um rigoroso padrão de controle para sua emissão.

A gestão documental contemplará um conjunto de atividades de caráter multidisciplinar, desde a fase de estudos e caracterização das áreas e da população até a etapa de operação do empreendimento em si. Uma diversidade de documentos e instrumentos processuais é incorporada aos dossiês das famílias, tais como: cópias da documentação pessoal (RG, CPF, certidão de nascimento etc.), documento relativo à posse e/ou propriedade, que comprove o vínculo jurídico com o imóvel; pesquisa socioeconômica; instrumentos de retificação; diagnóstico social; laudo de avaliação técnica; termo de adesão e de opção de atendimento; termo de renúncia; termo de compromisso; etc.

Especificamente em relação aos documentos de qualificação do morador, cônjuge e demais componentes, as ações de conferência e organização exigirão rigor que permita apreender possíveis divergências e pendências que impactem no andamento processo, tais como: mudança de estado civil, casos de falecimento, perda, duplicidade e extravio de documentos, etc. Mediante a ocorrência de pendências que possam inviabilizar ou dificultar o atendimento, as famílias deverão ser encaminhadas aos órgãos que atuam na emissão de documentos para resolução das mesmas. A gestão documental envolverá ações durante toda intervenção, tendo importância fundamental nos trâmites a serem cumpridos para a formalização dos processos de atendimento das famílias, desde a fase de arrolamento, até o reassentamento. Salientamos que nas desapropriações imóveis privados que incluem terrenos, atenderemos até o limite de ajuizamento que estão aquém das ações sociais e dependem de decisões judicializadas.

1.6. Orientação e Suporte na Fase de Pós Ocupação

Essa etapa é fundamental para o sucesso do empreendimento em termos sociais, no sentido de difundir todo o repertório de temas socioeducativos, inerentes à adaptação, principalmente aquelas relacionadas ao sentimento de pertencimento na nova moradia. Buscar-se-á, por meio de processos educativos, introduzir conteúdo de pós-ocupação, focados na convivência coletiva, formação de vínculos e mudanças de comportamentos, estimulando práticas adequadas. As atividades serão dirigidas ao conjunto de famílias, por meio de reuniões, oficinas, debates e palestras, abordando conteúdos relacionados à nova situação das famílias. No decorrer do acompanhamento social pós-ocupação, as ações realizadas serão registradas e documentadas, dando origem ao Relatório de Acompanhamento Social das Famílias no Pós-ocupação. Este trabalho se dará por etapas, atrelado a abertura das frentes necessárias em cada etapa de desocupação até sua conclusão.

- ⇒ Orientação sobre orçamento da família, abrangendo discussões que visem contribuir para o planejamento doméstico e incentivar a busca de alternativas de emprego e renda que possam propiciar a ascensão econômico-financeira das famílias;
- ⇒ Orientação quanto à utilização de possíveis recursos disponibilizados pelas concessionárias locais, tais como: cadastro para consumidores de baixa renda, descontos e programas especiais para o uso racional de energia elétrica e água etc.;
- ⇒ Orientação sobre as obras implantadas o pertencimento, benefícios, e preservação de áreas;
- ⇒ Orientações sobre educação sanitária, ambiental, patrimonial e para o trânsito.

1.7. Monitoramento e Avaliação

O processo em questão propõe ações que visam detectar aspectos positivos e negativos na estrutura de execução dos planos de trabalho, possibilitando captar e medir, durante todo o implemento da intervenção, os processos e resultados relativos a cada ação planejada, e sua consecução de forma eficiente, eficaz, com efetividade e sustentabilidade.

Do ponto de vista metodológico, a avaliação se dará a partir de indicadores, constituídos por um conjunto de variáveis, que permitirão analisar criticamente as ações e impactos sociais, decorrentes da intervenção, de forma a permitir possíveis ajustes que se fizerem necessários. Esses indicadores serão definidos com base nos objetivos, resultados e estratégias do Projeto e orientarão as formas de coleta de informações e a escolha dos instrumentos a serem utilizados.

Por sua vez, o monitoramento, enquanto parte integrante da gestão, identificará com o acompanhamento da execução do projeto, devendo ser sistemático e contínuo, visando à qualidade e aprimoramento dos serviços. O monitoramento fundamentar-se-á na Linha de Base, estabelecida por meio das informações constitutivas do Banco de Dados, focalizando atividades e resultados intermediários e dados relevantes a serem analisados.

Essa etapa ocorrerá na fase posterior à implementação do plano, de modo a acompanhar o desenvolvimento da intervenção, possibilitando mitigar possíveis impactos negativos que possam surgir durante o processo. Seus resultados poderão oferecer insumo que auxiliem na redefinição de estratégias do trabalho social e de possíveis ajustes nas ações de acompanhamento. Para a efetivação do monitoramento proposto, pressupõe-se a construção de indicadores de análise, a serem definidos juntamente, tendo como marco inicial, os planos de atendimento, seus objetivos e metas.

Dever-se-á ainda definir o instrumental de coleta a ser aplicado, conforme indicadores e referências de análise definidos, bem como, a periodicidade de sua aplicação, para a qual propõe-se uma frequência trimestral. Posteriormente à obtenção dos dados será efetivada a sistematização e encaminhamento, por meio de Relatório Analítico de Monitoramento, com vistas ao alinhamento dos procedimentos metodológicos e reorientação das ações, quando necessário.

Ressalta-se que, por meio do monitoramento sistemático, serão obtidos resultados determinantes a serem considerados como subsídio para os avanços dos objetivos e metas. A partir da análise dos dados, será possível identificar as causas de desvios existentes ou previstos, os pontos de atenção a serem considerados durante a execução

dos trabalhos e apontar modificações para superar entraves e detectar oportunidades para melhorar a execução e aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos propostos.

Tem-se, dentre as metas dessa etapa, acompanhar, por meio de indicadores específicos, as ações de apoio social, implantadas durante toda a intervenção.

A partir do registro documental das ações realizadas será possível efetuar uma análise dos efeitos dos projetos junto à população atendida, de forma a permitir ajustes, quer nos objetivos, quer nas ações visando à obtenção de melhores resultados, por intermédio desses projetos. O registro sistemático das ações em campo será elemento indispensável para viabilizar o processo de monitoramento e avaliação ora proposto. Para tanto, serão utilizados, durante a intervenção, uma diversidade de instrumentos de planejamento e controle que, além de contribuir para agregar qualidade aos produtos, propiciarão subsídios para análise e monitoramento dos procedimentos metodológicos adotados, e seus resultados.

No quadro a seguir estão descritas sugestões de variáveis de análise a serem consideradas para a construção de indicadores de monitoramento.

Instrumentos de Avaliação e Monitoramento

Referência de Análise	Variáveis
Atividades do trabalho social	<ul style="list-style-type: none"> – Número de atendimentos realizados em visitas/Plantão Social/famílias orientadas; – Soluções de atendimento oferecidas – total de opções por reassentamento e por indenização; – Número de famílias e estabelecimentos comerciais removidos; – Reassentamentos realizados / frentes de obras liberadas; – Apoio documental / pendências de documentação solucionadas; – Números de termos contratuais assinados e formalizados; – Grau de satisfação das famílias afetadas, antes, durante e após a conclusão do projeto.
Ações socioeducativas desenvolvidas durante a intervenção social	<ul style="list-style-type: none"> – Reuniões informativas realizadas x número de participantes; – Eventos e oficinas educativas realizadas com apoio de parceiros; – Atividades participativas – reuniões e assembleias realizadas / grupos de gestão formados e capacitados; – Comparação em relação a qualidade de vida, antes e depois do processo de reassentamento.
Ações de apoio social e desenvolvimento sócio econômico	<ul style="list-style-type: none"> – Número de atendimentos em programas de benefícios sociais de transferência de renda; – Número de pessoas encaminhadas ao poder público municipal para retirada de documentação e CAD; – Obtenção compra de moradia ou reinstalação de comércio; – Locação social número de atendidos/destinos; – Encaminhamento de situações especiais par atendimento em serviços sócios assistenciais.
Indicadores sociais antes da intervenção	<ul style="list-style-type: none"> – Indicadores sociais após a intervenção.

Complementando a exposição da metodologia e Plano de Trabalho, este subitem apresenta os principais instrumentos do gerenciamento social, que permitirão medir e

analisar seus resultados, produzindo indicadores que subsidiem a avaliação dos impactos e dos reflexos do trabalho durante toda a intervenção. Serão utilizados pelas equipes de trabalho como dispositivos para viabilizar o registro e controle permanentes das ações. Seu preenchimento se dará de forma clara e padronizada, agregando qualidade e confiabilidade.

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos propostos para documentar e registrar as ações de planejamento, execução e avaliação dos serviços que compõem o escopo do trabalho. Outros poderão ser incorporados ao uso, no decorrer da intervenção, conforme as necessidades que se apresentarem.

Instrumentos de Avaliação e Monitoramento

Instrumental	Aplicação
Planejamento/ controle da ação social	– Planejamento diário das ações sociais e descrição dos respectivos resultados
Cronograma de atividades	– Previsão detalhada, projetada no tempo das atividades sociais proposta para determinado período
Cadastro de Organizações Sociais	– Registro da características e informações sobre as organizações sociais identificadas como potenciais parcerias
Registro de reunião / lista de presença	– Relato das principais discussões realizadas nas reuniões com população clientes. Instituições etc; como devido controle de participação
Ficha de atendimento individualizado	– Relato dos atendimentos realizados em plantão social ou visitas domiciliares, contemplando as principais demandas e encaminhamentos oferecidos
Controle de atendimentos no plantão social	– Registro de atendimentos realizados junto à população para subsidiar a elaboração de relatório quantitativos
Selo cadastral	– Instrumento que permite identificar em campo imóveis de cada assentamento, por meio da atribuição de um código cadastral único para setor e edificação
Controle de levantamento e informações complementares referente ao imóvel	– Roteiro para orientar os levantamentos a serem efetuados, visando qualificar a informação e análise sobre a situação de regularidades de imóveis e das áreas
Estudo Socioeconômico	– Questionário de pesquisa cadastral para caracterização socioeconômica abrangendo perguntas sobre a família, o imóvel, condições de habitabilidade e salubridade etc., gerando uma base de dados para futuras ações das demandas de reassentamento
Roteiro de pesquisa qualitativa	– Roteiro de orientação para pesquisa sócio organizativa viabilizando conhecer as relações de poder identificar lideranças e moradores referência para os trabalhos comunitários
Termo de Opção de Atendimento	– Documento assinado pelo responsável pelo imóvel no momento do seu atendimento
Termo de Compromisso	– Documento que registra o compromisso de atendimento do morador, conforme opção definida
Termo de entrega de Imóveis para a Demolição das Benfeitorias	– Documento assinado no momento da entrega do imóvel, pelo morador e construtora, liberando o imóvel para posterior demolição

2. INTERAÇÃO INSTITUCIONAL

A Companhia de Transportes do Estado da Bahia (CTB) é uma empresa estatal do Estado da Bahia e está subordinada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), tendo como foco principal o serviço de transportes de passageiros sobre trilhos de competência estadual. Sua missão gira em torno do planejamento e construção de um sistema metroferroviário na região metropolitana de Salvador.

Assim, As atividades que ficarão sob responsabilidade da contratada deverão estar propostas pela Urbaniza estarão em total observância aos critérios e condutas tanto da CTB quanto da SEDUR, além, obviamente, da própria SkyRail Bahia no que tange as pesquisas e condução dos trabalhos. As interações institucionais com estes órgãos serão realizadas pela SkyRail Bahia, mas o apoio da contratada se faz imprescindível, à medida que demandas emergentes da SkyRail Bahia que se fizerem necessárias, para suporte técnico de justificativas sociais, em situações emergenciais, quando solicitadas.

A experiência da Urbaniza nesse tocante, em especial na Linha 2 do metrô em Salvador, possibilitou atuar em interface com a SEDUR nos procedimentos de comunicação e ação social, e com a CTB nos procedimentos de desapropriações. Além do **acompanhamento** da aplicação dos cadastros físicos em campo e perícia, a equipe gerenciou os ajustes e revisões necessárias, conforme normativas do Estado, junto aos técnicos da CTB, otimizando a eficiência no andamento dos processos de desapropriação, possibilitando melhores resultados também junto à famílias afetadas, em especial quanto a moradias mais precárias de assentamentos irregulares, cuja avaliação da benfeitoria não se mostra suficiente para reposição de moradia, nas áreas receptoras e regularizáveis apresentando os estudos de casos, para validação.

Enfim, este item faz-se importante no sentido de articulações entre todos os agentes envolvidos, onde a Urbaniza é detentora de conhecimento do seu dia a dia, o que permitirá um melhor fluxo das informações e ações sociais a serem implementadas.

3. ASSINATURA

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

Nome/CREA

DATA: 17/10/2019

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Nome/CREA

DATA: 17/10/2019

APROVAÇÃO

Nome/CREA

DATA: 17/10/2019



4. DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA

Vários desafios serão enfrentados no que se refere às ações e atividades previstas, nas premissas e diretrizes ao longo da implantação do trabalho social. Assim, apresenta-se a seguir os principais desafios que o trabalho em questão deverá enfrentar.

4.1. Resistência à Remoção

São vários os motivos que levam grupos de moradores a não aceitarem as propostas de atendimento oferecidas para que desocupem as áreas de interferência na implementação de obras de grande porte. A transparência nas negociações, baseada em critérios claros e devidamente condensados com as comunidades é de fundamental importância no trabalho de gerenciamento social. Um grande movimento de resistência pode repercutir na mídia e junto à opinião pública, dificultando o trabalho em outras frentes de remoção, podendo até paralisar as obras. A solução aqui não é outra senão a disseminação demográfica das informações e a unificação do discurso em todos os assentamentos. Por conseguinte, a interlocução junto às lideranças e representantes informais da comunidade valoriza-se tanto quanto a abordagem ao conjunto das famílias, de acordo com as estratégias definidas para os diversos grupos de interesse identificados. A elaboração de instrumentos de comunicação eficazes, com linguagem acessível e comunicação adequada e abordagem direta dos problemas, também será indicada. Além disso, é necessário que o trabalho de acompanhamento social ocorra de forma sistemática e constante em todas as etapas da implementação do projeto durante 30 meses. O trato com as razões específicas que interagem para configurar o desafio da resistência à remoção deve ser cuidadoso, da forma como segue.

4.2. Discordância quanto ao valor atribuído a título de indenização das benfeitorias

Os critérios de avaliação dos imóveis a serem desocupados e os valores estabelecidos para indenizações podem gerar conflitos com as famílias, que poderão assumir a natural tendência à reivindicação de aumento de valores, questionando os critérios de avaliação dos imóveis e os valores estabelecidos para indenizações. Ameaça de perda de patrimônio em sua maioria irregular representado pela benfeitoria da moradia e ou atividades econômicas (especialmente na cultura brasileira) para famílias que acreditavam ver resolvido o seu problema, propicia uma postura inerente de resistência. A concorrência com o atendimento proposto e a decorrente superação dessa resistência depende de uma leitura clara dessa realidade e de uma boa condução das negociações. É importante que os procedimentos para a avaliação dos imóveis regulares e irregulares sejam previamente discutidos com os moradores, eliminando dúvidas e desconfianças logo no início do processo.

4.3. Fonte de renda da família vinculada ao comércio exercido no imóvel e impacto junto à economia local

Alguns imóveis são destinados ao comércio ou tem ocupação mista, residencial e comercial. Essas atividades são dependentes da clientela local e da localização estratégica do estabelecimento. A desocupação do imóvel pode implicar a perda de fonte de renda da família, caso em que será comum o descontentamento com a proposta de atendimento. Este cenário, de impacto sobre a economia local, junto ao comércio, indústria

e serviços se agrava também junto aos comerciantes do entorno das áreas diretamente afetadas, já que é possível haver diminuição em suas atividades em decorrência da remoção das famílias. A resistência em relação à renda vinculada ao imóvel pode ser trabalhada com programas de geração de emprego e renda, capacitações. Neste sentido, o atendimento às famílias, de forma integrada a um plano que inclua ações de proteção social é de fundamental importância, sendo certo que a diferentes acordos e convênios com órgãos públicos e organizações sociais parceiras, deverão ser indicados visando esse atendimento nas redes de proteção social.

4.4. A violência urbana

O tema da violência não é exclusivamente dos bairros periféricos ou dos assentamentos irregulares. Nas áreas periféricas e socialmente vulneráveis, a face violenta do crime se expressa com mais força. A dificuldade de acesso às áreas é fator que reforça a insegurança, pois muitas vezes existem poucas entradas, com passagens estreitas e de difícil locomoção. O caminho para a recuperação da violência e de seus reflexos sobre as comunidades passa pela ampliação dos trabalhos sociais que vem sendo desenvolvidos pelas organizações sociais locais, ainda incipiente, voltados às atividades esportivo-recreativas e de educação, assim como pela parceria necessária entre a equipe de acompanhamento social e os moradores dos assentamentos. O alcance da totalidade da população, por meio de reuniões de trabalho amplas e diretas é a melhor maneira de consolidar essa parceria.

4.5. Cultura da informalidade

A precariedade em que vive uma significativa parcela das famílias atendidas é mais um dos desafios a serem enfrentados. Não são poucas aquelas famílias que não tem garantias de acessos às condições mínimas de cidadania, representadas pela posse de documentos básicos de registro e identificação. A necessidade de formalização de diversos procedimentos no processo de atendimento – desde a adesão do Programa é condição básica para sua inclusão e, muitas vezes, é vista pela população como um grande obstáculo. Para superar esta situação, será preciso criar condições para que mesmo na transitoriedade as famílias participem ativamente das atividades desenvolvidas em parceria com órgãos e organizações parceiras, e que visem a geração de trabalho e renda, a inclusão das famílias em situação de vulnerabilidade social em programas de proteção social, enfim, de ações que são fundamentais nas questões referentes a cidadania.

4.6. Atuação de agentes externos

A necessidade de estabelecer valores para avaliação dos imóveis leva em geral, ao surgimento de diversos agentes que procuram tirar proveito econômico da situação estabelecida. Esses agentes locais ou externos às comunidades, reivindicam para si a tarefa de “defender” o interesse dos moradores. Em troca tentam negociar um percentual das indenizações de cada família. Essa prática já foi observada em outros projetos e poderá se repetir, gerando um clima de desconfiança e contrariedade aos encaminhamentos promovidos pela equipe de acompanhamento social. A alternativa para essa situação residirá também na forma democrática e transparente do trabalho junto às comunidades envolvidas. Se a participação de todas as famílias for garantida houver

transparência nos encaminhamentos e a definição de uma agenda de reuniões e de esclarecimento a toda população, o oportunismo destes interlocutores não logrará êxito.

4.7. Descrédito da população em relação ao processo de atendimento

A população local manifesta por meio de seus líderes comunitários temor a soluções de reassentamento imposta, que venham a satisfazer seus anseios, o grau de medo tende a ser elevado inerente a projetos dessa natureza, de necessidade de compreensão da amplitude do empreendimento e de seus impactos. Essa situação resulta na perda de credibilidade da população em relação ao governo em geral, o que pode consistir em um desafio ao trabalho social e gerar resistência à participação nos procedimentos iniciais. Por mais cuidadoso que seja o trabalho social para esclarecer as famílias sobre os critérios que estarão sendo utilizados na proposta de atendimento, as contrainformações, os boatos e interpretações inadequadas em conversas informais, além da oposição, em certos casos, de lideranças da comunidade contribuem para a falta de credibilidade em relação aos órgãos responsáveis pela negociação e conseqüentemente ao próprio atendimento. A reconquista da credibilidade é um processo gradual que acontece a partir da prática do diálogo constante e da transparência nas ações e se inicia com o assumir dessa postura a partir do cumprimento de acordos e da efetivação de ações será sólida e duradora.

4.8. Situação fundiária nos assentamentos objeto do trabalho

A informalidade em alguns trechos de obras nas condições de posse das famílias sobre suas moradias deverá ser identificada, além das ocupações irregulares, aquelas decorrentes de loteamentos irregulares e até mesmo ocupações regulares, com a existência de documentação legal comprobatória da propriedade. Se na primeira situação a experiência mostra que os moradores de modo geral são consistentes da precariedade de sua posse, pois deriva de uma ocupação de terreno alheio, público ou privado, realizada por aquele que ali se encontra ou por um dos seus antecessores, na segunda os moradores julgam-se legítimos ocupantes do terreno, pois o adquiriram de boa-fé ou por impossibilidade econômica de adquirir lote com documentação perfeita, que certamente teria maior preço sendo a terceira condição a de direito. O procedimento de cálculo do valor da indenização poderá gerar um conflito neste aspecto. A experiência mostra que é viável a negociação dos valores de indenização baseados na avaliação das benfeitorias para os moradores de ocupações irregulares, entretanto, é bastante difícil adotar os mesmos procedimentos para os lotes irregulares, onde o não pagamento dos valores referentes ao terreno poderá gerar uma resistência que venha se tornar forte e coletiva, significando um impasse na condução do processo de desocupação de frente de obra. Por outro lado, sabe-se das dificuldades jurídicas que poderão ser encontradas para reconhecer o valor desse terreno e indeniza-lo uma vez que perante a legislação aquele que não possui o título de propriedade perfeito não tem direito sobre o imóvel, e deve ser removido por força de ação judicial. A questão é complexa e certamente gerará polêmicas entre os agentes envolvidos e os gestores do processo, em face da imperativa necessidade de legalidade em todas as operações realizadas. Entretanto, sabe-se que se demandará um exame aprofundado da questão e a busca de alternativas para solução de reposição de abrigo e viabilidade de reassentamento seja provisório ou definitivo, e

justificativas sociais em estudos de caso são complementadas em cada prontuário de cada desapropriado para encaminhamentos de avaliação e solução.

4.9. Entorno das obras

Para estabelecimento da confiança e ainda para implantar ações sociais compatíveis com as diferentes realidades que o território abriga, nos trechos diretamente atingidos e ainda na macro área, incluindo o entorno próximo das obras, onde eventuais impactos possam ocorrer e demandar ações de prévia comunicação e outras mitigadoras que envolve a implantação de um Plano de Comunicação e acompanhamento em casos de sinistros e ou avarias.

Urbaniza Engenharia Consultiva
Lourenço Silva Linhares
Diretor

00.963.096/0001-93
URBANIZA ENGENHARIA
CONSULTIVA LTDA.
Galeria Alpha Center, Calçada Aldebarã, 180,
2º andar, sala 212, Alphaville
Centro de Apoio 2
SANTANA DE PARNAÍBA - SP